

# Diário da Homofobia: a construção de um produto audiovisual sobre homofobia na universidade

## Homophobia Diary: the construction of an audiovisual product about homophobia at the university

Danilo Gomes de Oliveira

*Graduado em Rádio, Tv e Internet pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul (2014). Pós graduado pelo Senac - Santo André (2018) em Docência do Ensino Superior. Mestre em Inovação na Comunidade de Interesse Público pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul (2020). Experiência na área de Comunicação, com ênfase em Rádio e Televisão. Realiza trabalho voluntário na ONG Luiz Aparecido da Silva Oliveira localizada na cidade de Mauá - SP. Email: daandertv@hotmail.com*

Rebeca Nunes Guedes de Oliveira

*Pós doutorado pelo Departamento de Enfermagem em Saúde Coletiva da Escola de Enfermagem da USP (2013-2016). Professora permanente do Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Comunicação da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (2017- Atual). Doutorado em ciências pela Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (EEUSP-2008-2011). Mestrado em Enfermagem de Saúde Pública pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2005-2006). Graduação em Enfermagem pela UFPB (2000-2004). Email: rebeca.oliveira@online.uscs.edu.br*

### Resumo

*O ambiente escolar, historicamente, constitui um espaço de socialização permeado pelas dificuldades relacionadas à livre expressão de orientações sexuais dissonantes. O presente artigo descreve o processo de construção de um vídeo documentário sobre a homofobia na universidade, desenvolvido como produto de pesquisa. Trata-se de um desdobramento de uma dissertação de mestrado profissional. As sessões do manuscrito abordam aspectos conceituais sobre a homofobia e sua inserção na legislação e políticas públicas brasileiras; dados provenientes de revisão narrativa de literatura que evidenciam a homofobia como um problema social que influencia sobremaneira as experiências vividas em instituições de ensino por pessoas LGBTQ+ e, por fim, é apresentada a descrição do processo de construção da produção audiovisual sobre o problema como produto de pesquisa e intervenção social, discutida à luz da construção histórica e social da homofobia em contextos educativos.*

### Palavras-Chave

*Homofobia; Violência; Universitários; Comunicação; Interesse Público.*

### Abstract

*The school environment, historically, constitutes a space for socialization permeated by the difficulties related to the free expression of dissonant sexual orientations. This article describes the process of building a documentary video about homophobia at the university, developed as a research product. It is an offshoot of a professional master's dissertation. The manuscript sessions address conceptual aspects of homophobia and its insertion in Brazilian legislation and public policies; data from narrative literature review that show homophobia as a social problem that greatly influences the experiences lived in educational institutions by LGBTQ+ people and, finally, the description of the process of construction of audiovisual production about the problem as a product of research and social intervention, discussed in the light of the historical and social construction of homophobia in educational contexts.*

### Keywords

*Homophobia; Violence; College students; Communication; Public Interest.*

## Introdução

O interesse na luta LGBTQ+, dentro do âmbito acadêmico, parte da vivência diária com pessoas inseridas no movimento e que, diariamente, lutam por um diploma e uma inserção social livre de preconceitos e opressão. Para muitas pessoas, essa luta não é percebida ou compreendida. As dificuldades enfrentadas cotidianamente permeiam diversas escalas sociais antes de chegar ao ambiente universitário: a heteronormatividade compulsória, o preconceito dentro do lar, a violência na rua e diversas outras camadas que tornam a vida do estudante LGBTQ+ um desafio diário e constante.

A homofobia se manifesta pela angústia do desaparecimento do limite e hierarquia da disposição heterossexual, como também representa aversão à valorização e reconhecimento dessa identidade, estando presente no cotidiano, visualizado pelas práticas de injúrias e insultos. É consensual, familiar e continua sendo causa de sofrimento para muitos núcleos familiares, sendo a razão do direcionamento a consultas psiquiátricas, como também da inquietude dos pais durante a descoberta da violência homofóbica praticada aos seus filhos (BORRILLO, 2010, p. 17).

Segundo Jesus, J. (2015, P.30), direitos básicos como frequentar a igreja ou entrar em um local sem qualquer tipo de agressão física ou verbal, se torna algo raro na vida dessas pessoas. O fato de por muito tempo não existir leis punitivas contra crimes de homofobia, legitimou essas ações contra esse grupo, até por conta do apoio religioso ao qual classifica como pecaminoso qualquer comportamento que difere da heteronormatividade, por ser um pensamento que vem sendo construído junto com a sociedade, o seu enfrentamento se torna mais complicado, ao mesmo tempo em que é algo também ancorado no preconceito ao qual de acordo com Bobbio (2002, P. 103) por muitas vezes é considerado uma doutrina completa, aceita por inércia de tal forma que resiste a refutações racionais.

A violência contra os LGBTQ+ começa dentro de casa e locais de convívio (JESUS, J. 2015 P.30), onde expressões homofóbicas são ouvidas e repetidas sem questionamento, por familiares e amigos. O Brasil é o país que mais mata LGBTQ+ de acordo com o Grupo Gays da Bahia (GGB), só nos últimos três anos morreram mais de mil pessoas, comparando os dados levantados pelo GGB referentes aos anos de 2017, 2018 e 2019. Há a possibilidade desses números serem maiores pois o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não faz um levantamento oficial desses dados (IPEA; FBSB, 2019).

O preconceito, que se relaciona à percepção daqueles que o expressam, se dá por conta de se existir uma construção cultural de normas binárias que classifica as pessoas como homem e mulher, determinando assim os seus papéis sociais, sua orientação sexual e como eles devem se expressar de acordo com a cultura e contexto histórico do local onde vivem. Para Jesus, J. (2015, P. 17), preconceito é um julgamento baseado no estereótipo, fundamentado na percepção de uniformidade, então tudo que foge disso, corre o risco de sofrer preconceito. Para Louro (2008, P. 18), ser homem e ser mulher é uma construção cultural, que é construída ao longo da vida da pessoa, não ao nascimento e nomeação do ser humano como sujeito masculino ou feminino, é uma construção constante. A influência para essa construção parte do ambiente ao qual a pessoa está inserida, a família, os amigos, a mídia, a igreja, cada uma dessas interações faz parte dessa construção desse ser. Hoje mais do que nunca, as formas de experimentar prazeres, desejos, afeto, amor são múltiplas, pois são diferentes de uma cultura pra outra, de uma época ou de uma geração pra outra. (LOURO, 2008, P.23).

A primeira vez que o termo homofobia foi utilizado foi em 1970, nos Estados Unidos e só foi propagado pelo mundo em meados dos anos 1990 (COELHO, 2019). Esse termo é universalizado e utilizado por muitos movimentos sociais, por diversos poderes legislativos,

de modo a referenciar o grupo LGBTQ+ como um todo, dessa forma quando usamos o termo homofobia nos referimos a um todo abrangente. Grupo esse composto por lésbicas, gays, bissexuais travestis, transexuais e transgêneros (LGBT+).

Na pesquisa sobre “As Experiências de Adolescentes e Jovens Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais em Nossos Ambientes Educacionais”, realizada pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), em 2016 foi perguntado para os participantes se, em algum momento do último ano letivo, eles se sentiram inseguros na instituição educacional por conta de alguma característica pessoal (orientação sexual, gênero, identidade/expressão de gênero, altura ou peso), 60,2% afirmaram se sentir inseguro por causa de sua orientação sexual e 42,8% por causa da maneira como expressam o gênero (ABGLT, 2016, p.27).

Quando verificamos que o ambiente educacional se torna inseguro e de risco, podemos compreender o quão mais difícil se torna a inserção e a aceitação da diversidade nesses ambientes. Um ambiente que deveria ser propício a novas ideias, concepções, espaço de discussões e desenvolvimento da cultura, acaba se tornando um ambiente de repressão e ignorância em suas mais diversas maneiras de expressão. O resultado da pesquisa demonstra que 47,5% dos estudantes LGBTQ+ já ouviram colegas fazendo comentários homofóbicos, tais como: “bicha”, “sapatão” ou “viado”, de forma frequente ou quase frequente dentro da escola (ABGLT, 2016, p. 31).

Assim, podemos observar que o desrespeito à diversidade de gênero vai muito além de somente simples aceitação e inserção. Está também na mudança de pensamento, no ensino que o diferente deve ser aceito, não somente pelo respeito, mas pela compreensão de que um pensamento não necessita seguir uma regra concisa, imutável e absoluta.

A intenção da utilização dos recursos audiovisuais neste trabalho é dar visibilidade a este problema social, trazendo depoimentos e exemplos que demonstrem a dificuldade de enfrentamento e da abertura do tema ao público que se insere em universidades e instituições de ensino, evidenciando, principalmente, como o público LGBTQ+ lida com as situações, diária e constantemente, nesse ambiente, e as maneiras de expor soluções de conciliação e melhoria do relacionamento com a sociedade estudantil no geral. Nesse sentido, questiona-se: como um produto comunicacional no formato de vídeo documentário pode contribuir para o enfrentamento da homofobia em contextos universitários?

O presente artigo tem como objetivo descrever a experiência sobre o processo de construção de um vídeo documentário como produto comunicacional sobre as experiências narradas por jovens LGBTQ+ em suas trajetórias universitárias. O texto está dividido em duas sessões: a primeira aborda aspectos conceituais da homofobia e sua inserção na legislação e políticas públicas brasileira. A segunda, tece aproximações entre homofobia instituições de ensino a partir da revisão de dados de pesquisas nacionais. Por fim, serão apresentados dados sobre o processo de produção audiovisual como produto de pesquisa como uma possibilidade de abordagem do problema. Em relação aos aspectos metodológicos, o recorte contemplado neste artigo parte da revisão narrativa de literatura e do relato de experiência.

## **Contextualização do cenário nacional em relação à homofobia, legislação e políticas públicas**

No Brasil, não existe números oficiais das violências sofridas pelos LGBTQ+, por esse motivo foi utilizado os dados contidos nos relatórios do Grupo Gay da Bahia (2021), utilizamos nesse artigo as informações dos anos 2017 a 2019, aos quais temos os seguintes números de mortes 445 (2017), 420 (2018), 329 (2019), podemos ver uma curva decrescente

no número de mortes, mas quando comparados a outros levantamentos internacionais, verificamos o quanto isso é alarmante, como exemplo vamos utilizar o número de mortes de pessoas Trans no ano de 2019 que de acordo com o GGB foi de 118 pessoas, se comparado com os dados da Transgender Europe (2021), que é de 115 pessoas no Brasil e olharmos o segundo país que mais mata LGBT+ no mundo, o número é de 65 pessoas, a diferença é de quase o dobro.

Sobre a divergência nos números, como dito anteriormente, não existem estatísticas oficiais e até mesmo podem ocorrer subnotificações, pois nem sempre os crimes são categorizados como homofóbicos. Esse tipo de crime é naturalizado no Brasil e de acordo com o GGB a cada 26 horas um LGBT+ é assassinado. Apesar das inúmeras conquistas das últimas décadas, esse grupo ainda sofre e muito por conta dessa violência desmedida. Outra afirmação do GGB referente a queda no número de mortes é que os LGBT+ estão tomando mais cuidados para não se tornarem vítimas de crimes homofóbicos.

No cenário da violência homofóbica nacional é possível verificar duas expressões que parecem distintas, mas que possuem o mesmo valor equivalente, o preconceito e a discriminação. O preconceito aponta as percepções intelectuais contraditórias, em face de indivíduos de grupos de aspectos culturais e socialmente reduzidos. A discriminação é a concretização de ações opressoras inteiramente relacionadas ao preconceito, provocando abuso dos direitos individuais e coletivos minoritários (BORRILLO, 2010, p. 112).

O apontamento das percepções distintas em meio aos indivíduos e grupos é considerado como preconceito, em que são expressadas opiniões divergentes diante de outros indivíduos e grupos, tendo como pertencimento ou assimilação destes a um círculo tido como abjeto (BORRILLO, 2010, p.53).

No âmbito legislativo, na luta e combate a qualquer forma de violência à classe LGBT+, o Comitê de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados ~~que~~ facultou, em 2014, o plano de criminalização à transfobia e à homofobia com o Projeto de Lei nº 7.582/2014. Neste documento, julga-se como crime hediondo o assassinato de gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, intersexo e demais pessoas trans (BRASIL, 2014). O projeto de lei vem instituir a criminalização de ataques com maior potencial ofensivo como estupro, latrocínio, extorsão mediante sequestro e feminicídio - incluído recentemente no rol dos homicídios qualificados (XAVIER, 2019), devido ao Código Penal brasileiro não prever este crime em suas alíneas.

Quando falamos do tratamento legislativo, podemos verificar alguns decretos normativos, que estão relacionadas à igualdade de gênero e orientação sexual e garantem direitos, como a possibilidade do “uso de nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional” (Decreto nº 8.727/2016)<sup>1</sup>, portarias como a nº 2.836/2011, que garante no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de LGBT+ (Decreto nº 5.397/2005) e a Portaria nº 2.803/2013 do Ministério da Saúde, que amplia e redefine as regras do Processo Transexualizador realizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) passando a garantir este direito bem como a Resolução nº 1.955/2010 do Conselho Federal de Medicina que estabelece os procedimentos para a realização de cirurgias de transgenitalização (BRASIL, 2017, p. 63).

Resolução nº 4/2011 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, estabelecem alguns parâmetros e recomendações aos Departamentos Penitenciários Estaduais,

---

<sup>1</sup> Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em <https://bit.ly/2V8B3FH>. Acesso em 24 Nov. 2020.

para que seja garantido o direito à visita íntima para casais homossexuais; a Portaria nº 513/2010, que funciona no âmbito do Ministério da Previdência Social e reconhece união estável entre pessoas do mesmo sexo, para que tenham assegurado o direito de igual tratamento a seus dependentes para fins previdenciários, e também a Resolução Conjunta nº 1/2014, que vem estabelecer parâmetros de acolhimento de indivíduos denominados LGBT+ em privação de liberdade no Brasil.

Além destes, podemos verificar também algumas outras iniciativas legais, que criaram dias de conscientização e meios de informar a sociedade como um todo. Um exemplo disto é o Decreto nº 7.388/010, que criou e estruturou o Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCDD) que teve o poder de criar o Conselho Nacional LGBT+, determinar e definir suas competências e funcionamento. Temos, ainda, o Decreto de 4 de junho de 2010, que reconheceu a data de 17 de Maio como o “Dia Nacional do Combate à Homofobia”, promovendo informação e conscientização sobre o assunto a fim de salvaguardar o direito de expressão deste público; e a aprovação do “Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3” (Decreto nº 7.037/2009).

Além das resoluções, decretos e portarias relacionadas à igualdade de gênero e orientação sexual, mencionadas anteriormente, também podemos citar a lei civil que estabelece e torna viável a “adoção por casais e solteiros homossexuais”, respaldada pelo art. 42 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O Decreto Presidencial nº 8.727, de 28 de abril de 2016, assegura o direito do uso do nome social, assim como a Portaria nº 1.820/2009, que também assegura o “uso do nome social e a identidade de gênero do usuário do serviço no Sistema Único de Saúde”.

A Instrução Normativa nº 1.718, de 18 de julho de 2017, da Receita Federal, que trata do mesmo assunto, autorizando a inclusão do nome social no Cadastro Pessoa Física (CPF) do (a) contribuinte transexual ou travesti.

Há também o debate sobre o uso do banheiro público que ainda está pendente de julgamento, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral da República no Recurso Extraordinário nº 845.779. E a discussão sobre o direito à educação e à igualdade de condições de acesso e permanência na escola (BRASIL, 2017, p. 63).

Além de todos esses direitos, normativas e leis, o Código Penal passou a prever também o aumento da pena de um a dois terços em casos de crime cometido em razão de homofobia ou transfobia em lesão praticada contra agente público e ou alguma autoridade, membros do sistema prisional e seus respectivos cônjuges e familiares até terceiro grau (BRASIL, 2017, p. 63).

No panorama dos direitos sexuais no Brasil, a Constituição de 1988, possui sua importância que deve ser considerada, tendo em vista seus limites característicos e categóricos do período em que foi elaborada, atualmente configurada como um mecanismo importante para modificações progressistas na visão pública e enquanto ferramenta de luta pela cidadania LGBT+ as políticas públicas são uma estratégia que busca contemplar estas demandas (SOUZA, 2015, p.07).

Na formulação das políticas públicas no Brasil o Programa Nacional de Direitos Humanos e o Programa Nacional de Direitos Humanos 2 (PNDH 2) é o marco histórico relativo à construção de políticas públicas no Brasil, no ano de 2002, na gestão do Governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, que discorria dentre suas 518 ações, das quais cinco contemplam a orientação sexual como dimensão do cumprimento dos direitos a liberdade, expressão, opinião e direito à liberdade de Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais (SOUZA, 2015, p.8).

Durante os anos 2000, de acordo com os estudos relacionados ao tema, foi possível identificar o marco determinante e principal na esfera das iniciativas do Poder Executivo direcionado para a população LGBT+, como a construção do programa Brasil Sem Homofobia (BSH) – com o plano de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT+ e de Promoção da Cidadania Homossexual (SOUZA, 2015, p.8).

A partir desse marco, as estratégias relacionadas a políticas públicas no combate à homofobia foram surgindo de forma tímida, mas em processo de fortalecimento, o qual podemos observar na realização da “*I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais*”, em 2008, com a temática Direitos Humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT+) (SOUZA, 2015, p. 9).

E em 2009 a projeção do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNDCDH-LGBT), os princípios do documento, que propõe a criação do Plano é a similitude e respeito à diversidade, equidade do Estado, universalidade das políticas, justiça social, transparência dos atos (XAVIER, 2019).

## Homofobia em Instituições de Ensino

O ambiente escolar, historicamente, constitui um espaço de socialização permeado pelas dificuldades relacionadas à livre expressão de orientações sexuais dissonantes. O despreparo do aparelho escolar para lidar com a maior visibilidade da questão de gênero é evidente (ERNST, 2014, p.291), uma das justificativas é que a escola nega e ignora a homossexualidade (provavelmente nega porque ignora) e, dessa forma, oferece poucas oportunidades para que adolescentes ou adultos assumam, sem culpa ou vergonha, seus desejos. O lugar do conhecimento mantém-se, em relação à sexualidade, o lugar do desconhecimento e da ignorância. (LOURO, 2000, p. 30), tornando comuns cenas de discriminação e imposição de estereótipos.

Ao abordarem as situações que ocorrem no ambiente escolar/universitário na pesquisa formulada por Reis e Harrad (2016, p.32) os alunos LGBT+ foram questionados sobre a frequência com que ouviram comentários sobre alguém que não agia de forma suficientemente “masculina” ou “feminina”. As respostas obtidas – demonstram completo despreparo das instituições em oferecer um ambiente menos hostil para essas minorias. Vemos que 24,3% dos (as) estudantes LGBT relataram ouvir “frequentemente” ou “quase sempre” esse tipo de comentário ser feito por professores/as e outros/as funcionários/as da instituição educacional (REIS; HARRAD, 2016, p.34).

Porém, na mesma pesquisa, pode-se identificar um caso atípico, em que a própria população estudantil demonstrou-se mais aberta à ideia da diferença de gênero e sexualidade. Uma aluna lésbica de 16 anos, de São Paulo, relatou que, em sua opinião, os estudantes estão muito melhor preparados para lidar com LGBT do que professores/funcionários. Ela cita que sofreu preconceito por parte da diretoria da escola e levaram essa situação até uma amiga da entrevistada, causando constrangimento com discursos de que ela não podia abraçar a própria amiga, porque isso a influenciaria de maneira negativa, levando-a a ser “lésbica” pelo simples contato, insinuando que ser lésbica era algo negativo e contagioso. Nessa situação, no relato, ela afirma que a diretoria levou o caso até a família da entrevistada, sem o seu consentimento, expondo-a até mesmo problemas psicológicos e emocionais. Segundo ela, houve comentários, mas quando se assumiu para a sala que frequentava, foi apoiada pelos alunos (REIS; HARRAD, 2016, p.34).

Podemos identificar, a partir dos resultados da pesquisa que, muitas vezes, os alunos podem sofrer, além da opressão, ataques de ódio e humilhação pública por suas escolhas, mesmo que, de maneira geral, não se assumam completamente, sendo forçados a fazê-lo por quem tem maior poder na hierarquia educacional, tornando muitas vezes, a convivência entre pessoas de escolhas sexuais diferentes muito mais áspera e forçada, colocando tais estudantes em posição de errados, maus exemplos e influência, como se fossem portadores de doença contagiosa.

Quando falamos dos reflexos da opressão, que vão até a agressão verbal e física, podemos encontrar relatos como o de uma estudante trans, de 17 anos, da Bahia, que afirma ter sofrido segregação de professores e estudantes, foi motivo de chacota durante o ensino fundamental e médio porque gostava de dançar, ser “feminina”, e sofreu muitas agressões dentro da própria casa, por carregar essa característica em sua personalidade. Além dessas situações, pela não aceitação da família, foi forçada a trabalhar em oficinas mecânicas – como maneira de reforçar uma “masculinidade” que a família não via, e nessas situações, ouviu justificativas que essas atitudes eram “para ver se tomava jeito de homem”. Nesse período, sofreu agressões verbais, que recebia de clientes, funcionários e do dono. Sofreu estupro, contraindo nessa situação sífilis primária, descoberta em um teste dois meses depois do abuso sexual. Ela afirma que apanhou por algumas vezes nessas oficinas também e foi ameaçada de morte, caso contasse algo sobre o estupro para a minha família (REIS; HARRAD, 2016, p.40).

Sendo assim, quando nos deparamos com ideias como: somente mulheres podem trajar roupas cor-de-rosa, usar brincos e maquiarse, de que azul é cor de homens, que somente eles podem usar bermudas, praticar esportes como futebol ou brincar de carrinho, são exemplos de estereótipos ensinados culturalmente na educação de muitas crianças, e o resultado de tais ideias, quando estas passam ao convívio social, é confusão, dúvida ou, até mesmo, engessamento de opinião, tornando-se um preconceito.

Falando no cenário brasileiro, o sentido “masculinidade” e “feminilidade” são termos muito usados e engessados. Para conseguirem quebrar o paradigma de que um homem não pode ter costumes considerados de autoria e posse feminina ou uma mulher realizar funções e atividades consideradas de porte masculino, determinados grupos viram a necessidade de impor-se e expressar-se fortemente, para garantir sua liberdade de escolha e expressão. Nessa luta, foram encontradas muitas outras questões, que não implicam tão somente a aceitação, mas também o reconhecimento de gostos diferenciados daqueles considerados politicamente corretos. A visão do diferente causa um estranhamento e a reação usualmente são atitudes agressivas ao receptor.

Jesus, D. (2014, p.43) explica este conceito, explicitando que “na verdade, forças sociais nos pressionam a nos comportarmos como homens ou mulheres e a crença de que existe uma identidade feminina interna é resultado de comportamentos repetidos”, o que acaba tornando a aceitação e inserção desses grupos um desafio para a sociedade. Ela ainda continua dizendo que “o corpo sexuado tem uma realidade material [...] referir-se a alguém como homem ou mulher não é simplesmente declarar um fato. Tais declarações sempre embasam e reforçam ideias sobre gênero” (JESUS, D. 2014, p.43).

Em um desses estudos, voltados a compreender a visão dos jovens quando analisam se “um homem é violento por natureza”, os resultados apontam que

As relações estabelecidas entre masculinidade e juventude podem redundar em práticas violentas, trazendo comprometimentos para a saúde dos homens jovens, na medida em que esses sujeitos, ao almejam o status de ser homem, podem ser influenciados pelo modelo hegemônico de masculinidade, associado à dominação e ao ser forte. Nesse sentido, os jovens, para se afirmarem ou serem aceitos como homens de “verdade”, de

um lado, passam a dominar todos aqueles que julgam mais “fracos” – sejam mulheres, sejam outros homens – e, de outro, caindo na sua própria armadilha, se expõem a riscos, comprometendo a saúde ou a vida de si ou dos outros (NASCIMENTO; GOMES; REBELLO, 2009 p.1156).

Tal linha de pensamento foi verificada a partir de constatações de jovens que, ao serem questionados se “ser homem era ser violento”, respondiam que “o homem, naturalmente, ele já é violento” ou que “ser homem é ser violento, até porque o homem é mais violento que mulher” (NASCIMENTO; GOMES; REBELLO, 2009, p.1155).

A mesma pesquisa revelou que alguns jovens concebem a violência como um “instrumento de superação de uma dada situação em que ele se encontra, um mecanismo para realização de seus objetivos, um modelo a ser seguido e algo inevitável a ser experimentado” (NASCIMENTO; GOMES; REBELLO, 2009, p.1155). As concepções e estereótipos de gênero constatadas nas pesquisas produzem e reproduzem um cenário fértil para a violência e a homofobia.

A globalização permitiu o surgimento de “sexualidades fluidas apolíticas, marcando a comoditização do corpo e da identidade no nível internacional e a domesticação da sexualidade sob a lógica do consumo” (JESUS, D. 2014 p.42). Quando falamos da globalização, neste aspecto, ela auxilia, porque torna mais fácil e acessível a troca de informações e o debate sobre assuntos que antes podiam ser tratados como impróprios, ou nem mesmo eram discutidos por tabus socioculturais. A discussão sobre tabus que geram bloqueios e atitudes coletivas torna-se importante, à medida que proporciona o esclarecimento e a oportunidade de novas opiniões serem expostas, novos pensamentos serem discutidos e os retrógrados, reformados.

Assim como a tecnologia evolui e se atualiza, os costumes e ideais sociais também, para acompanhar o avanço da sociedade como um todo. Cada região tem sua cultura histórica e, no Brasil, aos poucos, a cultura vem sendo mudada. Entretanto, essas mudanças, assim como todas as transformações sociais da história, têm passado por avanços e retrocessos e não têm se expressado sem constituir o foco de debates polêmicos e alta resistência por parte de grupos conservadores. Hoje, embora já existam políticas públicas e debates acerca da homofobia nas escolas, sua implementação, no Brasil tem passado por significativos mecanismos de repressão, a exemplo dos acalorados, polêmicos e controversos debates em torno de um suposto “kit gay” que assumiu o cerne do debate no processo das eleições presidenciais de 2018. Contudo, é incontestável a relevância de abordagem da temática nas instituições, colocando no papel da escola também a educação e o respeito à diversidade.

As políticas públicas também estão inseridas em programas de promoção e respeito à diversidade e igualdade nas escolas, garantidas pela atuação do Ministério Público, no intuito de coibir o *bullying* homofóbico e transfóbico na educação e possibilitar a permanência de todos os alunos na escola. Desta forma, as políticas públicas específicas da educação, saúde e em todas as áreas de oferta de serviços têm a função de barrar a reprodução do ciclo criminoso, garantindo a preservação dos direitos e integridade física e moral (XAVIER, 2019).

Entrando no aspecto educativo e juvenil, a questão da identidade sexual é bastante presente por ser um período de descobertas, reconhecimento de gostos e nesse processo que pode ser bastante delicado e até traumatizante, em alguns casos, é importante que assuntos pertinentes possam ser abertamente discutidos, a fim de evitar o desenvolvimento de barreiras sociais, de relacionamento e psicológicas. Sobre este assunto, os autores Gonçalves; Faleiro e Malafaia (2013), em seu artigo sobre a “Educação Sexual no Contexto Familiar e Escolar”, afirmam que a adolescência é um período marcado por intensas transformações biopsicossociais estimuladas pela ação hormonal característica da puberdade (GONÇALVES,

*et al.*, 2013 p.252), podendo ser considerada uma fase de transição. No que também corroboram Oliveira, D.*et al.*

Da infância e a condição de adulto, em que se observa um acentuado amadurecimento corporal, significativas transformações emocionais, construção de novas relações interpessoais, manifestações de novos sentimentos, atitudes, decisões, as quais resultam na construção de uma identidade própria (OLIVEIRA, D. *et al.*, 2009).

## **Da teoria à realidade: as experiências de estudantes LGBTQ+ narradas em um vídeo documentário**

O documentário “Diário da Homofobia” aborda os desafios de estudantes universitários LGBTQ+, suas aspirações pessoais, acadêmicas e profissionais. Captar e interpretar a realidade concreta vivenciada por pessoas que assumem vivências contraditórias ao padrão heteronormativo gera impacto na vida e na formação acadêmica.

Com o desenvolvimento da estratégia comunicacional em formato de vídeo documentário, buscamos promover o debate acerca da homofobia, dando, ênfase os problemas enfrentados pela comunidade LGBTQ em sua rotina. Entretanto, a presente dissertação tem como foco o âmbito acadêmico paulista, através do questionamento e a crítica à reprodução de estereótipos sexuais e de gênero que perpassam todas as esferas sociais da vida dessas pessoas que sofrem a homofobia durante a sua vida acadêmica.

A produção de informação pública consiste, neste estudo, na coleta de depoimentos de quem vivencia a realidade LGBTQ+, a partir de questionamentos relacionados ao tema, buscando a expressão das dificuldades e obter sugestões de mudanças necessárias para um convívio harmonioso entre diferentes grupos. A ideia é contribuir para a inserção de grupos e respeito à diversidade de gêneros, servindo, até mesmo, como informação de interesse para a criação de políticas públicas e sociais, e trazendo ao trabalho científico a característica comunicativa para geração de informações de interesse público.

A coleta de dados, em virtude das recomendações nacionais de distanciamento social, em decorrência da pandemia da Covid-19, no ano de 2020, a coleta de dados foi adaptada para a modalidade não presencial.

Considerou-se a escolha dos relatos orais como fonte de dados, por acreditar-se que estes permitem um melhor entendimento do fenômeno homofobia, assim como uma ampla possibilidade de apreensão do fenômeno a partir das narrativas dos participantes do estudo. A análise das narrativas, a partir de uma abordagem qualitativa, fundamentou o desenvolvimento do produto final.

Os participantes foram selecionados entre estudantes universitários ou pessoas que já possuem curso superior completo, constituindo uma amostragem por conveniência. O convite para a participação na pesquisa foi divulgado por e-mail para todos os alunos que integram a pós-graduação *stricto sensu* da [suprimido], instituição sede do estudo, e nas redes pessoais do pesquisador.

O material empírico foi produzido a partir de relatos gravados pelos participantes, que conversaram, previamente, por telefone com o pesquisador e receberam um roteiro semiestruturado, com questões norteadoras para a gravação dos relatos orais. Além do roteiro, os participantes receberam um tutorial, em formato de vídeo, orientando a gravação dos relatos em *smartphones* e um guia técnico para gravação dos vídeos que, além do material

empírico, foram editados para compor o produto final deste trabalho, mediante autorização prévia e consentimento dos participantes.

Para a análise de dados foi utilizado o modelo proposto por Colaizzi e descrito por Gil (2010, p. 127), como sendo a leitura da descrição de cada informante, extração das assertivas significativas, formulação dos significados, organização dos significados em conjuntos de temas, integração dos resultados, elaboração da estrutura essencial do fenômeno, finalizando com a validação da estrutura essencial.

Quando falamos em ouvir o público LGBTQ+, o intuito é mostrar o outro lado da ponte, a visão que eles têm diante da convivência social, suas maiores dificuldades e dúvidas acerca do convívio social, que vêm sendo sua maior luta. Portanto, a metodologia aplicada buscou filtrar as respostas dos entrevistados, trazendo não só os aspectos relevantes, mas, quando possível, respostas para os conflitos enfrentados, ampliação da visão social sobre a temática e esclarecimento sobre o impacto da problemática em ambientes educacionais de nível superior.

Conforme mencionado, em um primeiro momento, o pesquisador convidou os alunos da pós-graduação *stricto sensu* da universidade de origem dessa pesquisa para participar do estudo. O convite também foi divulgado nas redes sociais da instituição e pessoais do pesquisador. Foram recebidos 21 cadastros de interessados em participar da primeira etapa do estudo. Um primeiro questionário foi enviado a essas pessoas cadastradas na primeira etapa, para que pudéssemos levantar alguns dados primários antes da gravação do vídeo, contudo, quatro participantes participaram até o final de todas as etapas da pesquisa, constituindo os personagens do vídeo documentário.

Os relatos dos participantes gravados em vídeo foram transcritos integralmente para posterior análise. Esse processo de transcrição buscou garantir ao máximo a fidedignidade dos conteúdos dos relatos, apontando expressões não verbais como gestos, pausas e entonação de voz ao longo do depoimento gravado, conforme estabelece a metodologia proposta por Pierre Bourdieu, para o qual, “transcrever é necessariamente escrever, no sentido de reescrever [...]” (Bourdieu, 2001, p.710).

O vídeo em tela vertical foi o formato escolhido, pois esse material foi no Instagram, rede social na qual é possível assistir, compartilhar, comentar e interagir de forma mais orgânica do que em outras redes sociais, com um alcance maior. Dessa forma, incentivando a discussão sobre a homofobia e a produção pessoal dos usuários do aplicativo de outros vídeos sobre o tema, em se tratando de tempo, foi orientada a gravação com duração de, no máximo, 50 minutos, que é o tempo-limite do Instagram para vídeos mais longos publicados no IGTV, aplicativo (*app*) utilizado para a hospedagem e divulgação de vídeos mais longos na rede social.

O material audiovisual foi recebido de forma *online*, com o uso da ferramenta de armazenamento *Google Drive*. Após o recebimento desse material, foi realizada a edição do documentário “Diário da Homofobia”, postado em um perfil de mesmo nome, o qual também reúne os vídeos de todos os participantes, editados e apresentados individualmente. A proposta da página nas redes sociais relaciona-se à expectativa de continuidade e recepção de novos depoimentos que poderão ampliar o debate e o engajamento em relação ao tema pelos seguidores em um local de discussão atemporal sobre o tema. Com a visibilidade gerada por toda essa interação dentro da plataforma, espera-se incentivar e contribuir com a implementação de políticas públicas e oferecer maior visibilidade ao problema desse grupo que, muitas vezes, invisibilizado ou, até mesmo, ignorado pelas pessoas não LGBTQs.

Baseando-se no artigo Silva e Vellei (2020) intitulado “*O corpo protagonista nas telas verticais: a influência do enquadramento retrato dos smartphones na produção imagética*”, a produção audiovisual em tela vertical é um formato que surgiu muito antes da televisão e do cinema existirem, era algo usado pelos pintores na confecção de retratos. Posteriormente, com

a invenção da fotografia, foi adotado como padrão o formato horizontal do cinema, por conta das películas dos filmes e de como elas eram exibidas.

Com a invenção dos celulares houve uma quebra desse padrão, já que este tipo de dispositivo tinha como premissa o uso de uma única mão para segurar o equipamento. Desta forma, a tela vertical dos celulares, assim como a tela dos sites existentes na *web* e que também utilizam a rolagem vertical, recebeu a incorporação de diversas funções; os celulares a ser chamados *smartphones*, sendo uma de suas funções a gravação de vídeos e a criação de diversos aplicativos para *selfies* e vídeos no formato vertical como, por exemplo, o *Snapchat* e, posteriormente, o Instagram, o Facebook, dentre outros aplicativos que utilizam os chamados *Status* – compostos por fotos ou vídeos em formatos verticais, nos quais o foco dessas publicações é o indivíduo e não mais a paisagem.

O documentário Diário da Homofobia utiliza o IGTV, que é um aplicativo do Instagram, direcionado a produções audiovisuais de até uma hora em formato vertical, dando destaque para o fato de que qualquer pessoa, agora, pode ser um produtor de conteúdo utilizando essa ferramenta.

Previamente à elaboração da proposta do documentário, foi realizada uma busca na Agência Nacional do Cinema (ANCINE), em uma listagem de filmes brasileiros lançados comercialmente em salas de exibição, no período entre 1995 e 2018. Na plataforma *YouTube* também foi feita uma pesquisa, utilizando-se os termos “documentários; universitários; LGBT; homofobia”, por documentários similares à proposta dessa pesquisa. Não foram encontrados produtos similares, apesar da existência de produções sobre o tema LGBT e a homofobia. Constatou-se também que há poucas produções sobre o tema no último ano (2019), assim como a utilização da tela vertical e o formato de vídeo *selfie*. Com isso, podemos afirmar o ineditismo desse produto.

Dentre os documentários encontrados na lista da ANCINE sobre a temática LGBT, quatro deles tratam sobre a população Trans, suas dificuldades, preconceitos e vivências na noite, enquanto outros dois fazem referência à cidade de São Paulo. Um deles é “*São Paulo em HI-FI*”, que faz um resgate da noite paulistana nos anos 60, 70 e 80; o outro é em um documentário que retrata da cultura de fãs: “*Waiting for B.*” mostra jovens gays paulistas na fila, para assistir ao show da cantora Beyoncé, e o quanto a artista deu voz e força para eles. Já os encontrados no Youtube, embora não sejam desenvolvidos de forma tão elaborada quanto os da lista da ANCINE, tratam mais especificamente sobre o dia a dia do grupo LGBT na escola, na rua, na universidade, no trabalho. Muitos destes trabalhos foram desenvolvidos em formato jornalístico, com entrevistador, câmera, microfone. Vale ressaltar que, tanto as produções da ANCINE, como as encontradas no Youtube foram gravadas no formato horizontal e a universidade não é a abordagem principal em nenhuma delas.

O produto pode ser considerado inovador, pois utiliza a rede Instagram, mais exatamente o IGTV, para falar sobre a homofobia. Foi escolhido o formato de documentário por ser o que melhor se ajusta ao objetivo pretendido com o produto; o formato escolhido também é importante por conta da rede social em que será postado.

O roteiro do produto foi desenvolvido a partir da análise e categorização dos dados obtidos na pesquisa. Esta etapa contou com a colaboração de um diretor LGBT+, com o propósito de tornar o documentário mais atrativo e, ao mesmo tempo, uma forma de enfrentamento à homofobia, pela visão de alguém que vive esse problema social. Este produto está diretamente vinculado aos resultados do estudo, dando destaque aos vários tipos de violências vividas pelo público LGBT+, sejam elas físicas, psicológicas ou sociais.

A elaboração de um produto para a comunicação de um tema de interesse público, neste estudo, está fundamentada no método científico e ancorada em um referencial teórico definido. Desse modo, o processo de investigação na produção da informação pública

permitiu, para além da observação e do levantamento de fatos, a interpretação da realidade teoricamente fundamentada, apontando para uma possibilidade inovadora, que agrega pesquisa e intervenção social por meio da linguagem audiovisual.

Dessa forma podemos responder a nossa pergunta problema levantada no início este trabalho: “como um produto comunicacional no formato de vídeo documentário pode contribuir para o enfrentamento da homofobia em contextos universitários?”. A partir do presente estudo, aponta-se uma possibilidade de contribuição no sentido de dar visibilidade ao problema a partir das histórias do cotidiano universitário no qual o problema está introjetado. Apesar da especificidade do estudo e do universo empírico específico e pouco abrangente, a pesquisa qualitativa permitiu a compreensão de significados que permeiam essas vivências, de modo que o produto audiovisual desenvolvido como intervenção a partir da pesquisa poderá engendrar o debate sobre o tema na esfera pública. Acredita-se que a divulgação dos depoimentos em uma rede social amplamente utilizada no atual contexto possibilitará a criação de uma rede empática entre as vítimas da homofobia, dando força para aqueles que nunca falaram sobre o que sofreram, falarem e com isso não se sentirem culpabilizados pela violência sofrida.

## Considerações finais

Apesar do Brasil ser visto como uma país ao qual aceita todas as pessoas, muito ainda precisa ser feito a respeito dos crimes contra a população LGBTQ+, muitas leis já foram feitas, a última foi a tipificação do crime de homofobia como crime de racismo, mas a mudança mais importante que precisa ser feita para que eles possam viver plenamente os seus direitos, é uma mudança cultural, que acaba sendo até mais difícil do que mudanças de legislações. Por conta disso é muito importante a discussão em todos os âmbitos sociais sobre essa situação, para que com o passar dos anos, as pessoas mudem a forma como interagem com os LGBTQ+. Nesse sentido o presente estudo e o produto apresentado busca contribuir no sentido de promover visibilidade, debate e engajamento sobre a problemática como questão de interesse público para uma sociedade justa e equitativa.

## Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. REIS, Toni; HARRAD, David. (org.). **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015**: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2V4CUer>. Acesso em: 27 Fev. 2020.

BOBBIO, Norberto. **Elogio da serenidade e outros escritos morais**. Tradução Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Unesp, 2002, 208p.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: História e crítica de um preconceito. Traduzido por Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, 141p.

Bourdieu P. A miséria do mundo. Petropolis: Editora Vozes; 2001.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei da Câmara dos Deputados, nº 7.582/2014**. Define os crimes de ódio e intolerância e cria mecanismos para coibi-los, nos termos do inciso III do art. 1º e caput do art. 5º da Constituição Federal, e dá outras providências. Disponível em: <https://bit.ly/33C260T>. Acesso em: 24 Nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: 1. ed., 1. reimp. Ministério da Saúde, 2013. ISBN 978-85-334-144-5. Disponível em: <https://bit.ly/3lgWz5Q>. Acesso em: 10 Mar. 2020.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. **O Ministério Público e a Igualdade de Direitos para LGBTI**: Conceitos e Legislação. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, Ministério Público do Estado do Ceará. 2. ed. Brasília: MPF, 2017. 83 p.. Disponível em <https://bit.ly/2V4uZ0G>. Acesso em: 10 Mar. 2020.

COELHO, Marcela. Luta contra a homofobia: tudo o que você precisa saber sobre o tema. **Revista Quero Bolsa**, 17 maio 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3meeGdS>. Acesso em: 16 Out. 2019.

ERNST, Aracy Graça. 17) O anverso dos processos de regulação e higienização do eros homoafetivo: o “sintoma” no discurso de inclusão social. **Veredas-Revista de Estudos Linguísticos**, v. 18, n. 2, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3q3r2rH>. Acesso em: 15 Jan. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GONÇALVES, Randys Caldeira; FALEIRO, José Henrique; MALAFAIA, Guilherme. Educação sexual no contexto familiar e escolar: impasses e desafios. **Holos**, v. 5, p. 251-263, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3q93NMC>. Acesso em: 26 Jan. 2020.

GRUPO GAY DA BAHIA. **RELATÓRIOS ANUAIS DE MORTES LGBTI+**. Disponível em: <https://bit.ly/3tsszbr>. Acesso em: 04 mar. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Orgs.). Violência contra a População LGBT+. *In: Atlas da violência 2019*. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo: IPEA, FBSP, 2019. ISBN 978-85-67450-14-8. Disponível em: <https://bit.ly/2V5HzNb>. Acesso em: 18 Fev. 2020.

JESUS, Diego Santos Vieira de. O mundo fora do armário: Teoria Queer e Relações Internacionais. **Revista Ártemis**, v. 17, n. 1, 4 ago. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3fEjdUv>. Acesso em: 15 Jan. 2020.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Homofobia**: identificar e prevenir. 2. ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015, 106p.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-posições**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 17-23, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2KL177L>. Acesso em: 16 Out. 2019.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. *In: LOURO, Guacira Lopes (org). O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.17-34. Disponível em: <https://bit.ly/3nPCYew>. Acesso em: 15 Jan. 2020.

NASCIMENTO, Elaine Ferreira do; GOMES, Romeu; REBELLO, Lúcia Emília Figueiredo de Souza. Violência é coisa de homem? A naturalização da violência nas falas de homens jovens. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 4, p. 1151-1157, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/368Bc20>. Acesso em: 23 Jan. 2020.

OLIVEIRA, D. C.; GOMES, A. M. T.; PONTES, A. P. M.; SALGADO, L. P. P. Atitudes, sentimentos e imagens na representação social da sexualidade entre adolescentes. **Escola Anna Nery**, v. 13, n. 4, p. 817-23, 2009.

SEGURANÇA PÚBLICA (Orgs.). Violência contra a População LGBT+. *In: Atlas da violência 2019*. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo: IPEA, FBSP, 2019. ISBN 978-85-67450-14-8. Disponível em: <https://bit.ly/2V5HzNb>. Acesso em: 18 Fev. 2020.

SOUZA, Camila Cristina de Castro. Políticas públicas para população LGBT no Brasil: Do estado de coisas ao problema político. **VII Jornada Internacional Políticas Públicas**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3fBOCXF>. Acesso em: 10 Mar. 2020.

TRANSGENDER EUROPE. **Trans Murder Monitoring**. Disponível em: <https://bit.ly/30NAST5>. Acesso em: 04 mar. 2021.

XAVIER, Luiz Gustavo. Direitos Humanos aprova criminalização da homofobia e da transfobia. **Câmara dos Deputados**, Brasília, 06 Jun. 2019. Notícias. Disponível em: <https://bit.ly/36a2THN>. Acesso em: 10 Mar. 2020.